



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

MENSAGEM Nº 01 /GG

Teresina (PI), 27 de JANEIRO de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Palácio Petrônio Portella
NESTA CAPITAL

Em 03.02.2015

TERESINA-PI, 28.01.2015

Assinatura de Antonio Reis de Figueiredo
Secretário Geral da Mesa

Excelentíssimo Senhor Presidente, *Fernando Monte*
Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei de **iniciativa parlamentar** que ***“Dispõe sobre implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado do Piauí.”***, pelas razões a seguir esposadas.

O projeto autoriza o Poder Executivo a implantar e operacionalizar sistema biométrico de identificação de recém-nascidos nos hospital e maternidades públicas e privadas do Estado do Piauí, consistente em banco de dados civis que vincula as impressões digitais de pés e mãos dos recém-nascidos às de suas mães, coletadas imediatamente após o nascimento, por meio de leitor biométrico.

A matéria regulada pelo projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa tem sua relevância por dizer respeito à segurança do paciente em neonatologia. Contudo, consulta à Secretaria de Saúde revelou que *“a identificação do recém-nascido e sua manutenção durante todo o tempo de permanência é uma necessidade e já é realizada em sala de parto. A biometria digital, como identificador de segurança, poderia ser substituída por outro procedimento mais viável e de menor custo para o estado, como, por exemplo, a identificação do código de barras que já é utilizado em muitos serviços e é considerada uma boa prática e tem melhor viabilidade em termos de custo para o Estado”* (fls. 06, AA.900.1.0514/15-90).

A resposta à consulta é autoexplicativa e aponta para a discricionariedade incidente sobre a matéria contida no Projeto, de modo que cabe ao Chefe do Poder Executivo, instruído por opinião técnica da Secretaria de Saúde, deliberar sobre a melhor forma de atender ao interesse público em matéria de identificação de pacientes em neonatologia.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

“Art. 78. omissis...”

“§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

“§ 2º - *omissis*...”

Por todo o exposto, e amparado na supremacia do interesse público, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei entendendo-o contrário ao interesse público que, por determinação constitucional, compete a mim avaliar.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros desta augusta Assembleia Legislativa.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ